

[Página inicial](#) / [Meus cursos](#) / [Comando-Geral](#) / [COGER](#) / [Curso de Capacitação Sistema EPROC](#) / [ESTÁGIO 2: Cadastrando um IPM-E](#)  
/ [Avaliação Estágio 02](#)

**Iniciado em** terça, 23 Abr 2024, 13:44

**Estado** Finalizada

**Concluída em** terça, 23 Abr 2024, 14:04

**Tempo** 20 minutos

**empregado**

**Avaliar** 7,80 de um máximo de 10,00(78%)

Questão 1

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

Sobre o cadastro da NATUREZA no IPM, assinale as alternativas **CORRETAS**:

Escolha uma ou mais:

- a. A NATUREZA é o campo destinado a indicar quais crimes militares ou outras infrações penais teriam sido praticadas. No entanto, caso não existe uma tipificação inicial, o Encarregado poderá cadastrá-la ao longo da investigação.
- b. O sistema EPROCPMPR permite a inserção de apenas um tipo penal.
- c. Quando há importação de BOU para o cadastro do IPM no EPROCPMPR, o sistema preenche automaticamente o campo "NATUREZA". No entanto, esta informação deve sempre ser revisada, principalmente nos casos em que o crime que motivou a ação policial não é aquele que está sendo apurado no IPM. Ex: BOU registrado como prática de roubo de pessoa civil e IPM instaurado para analisar a ação policial que resultou na morte do sujeito (homicídio). ✓
- d. É necessário prestar atenção no momento de buscar pela NATUREZA no bando de dados, para não confundir condutas previstas no Código Penal com condutas previstas no Código Penal Militar. Se for o caso de cadastrar crime militar, deve-se escrever CRIME MILITAR - ... (crime militar espaço hífen espaço) e inserir o nome do tipo. ✓

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são: Quando há importação de BOU para o cadastro do IPM no EPROCPMPR, o sistema preenche automaticamente o campo "NATUREZA". No entanto, esta informação deve sempre ser revisada, principalmente nos casos em que o crime que motivou a ação policial não é aquele que está sendo apurado no IPM. Ex: BOU registrado como prática de roubo de pessoa civil e IPM instaurado para analisar a ação policial que resultou na morte do sujeito (homicídio)., É necessário prestar atenção no momento de buscar pela NATUREZA no bando de dados, para não confundir condutas previstas no Código Penal com condutas previstas no Código Penal Militar. Se for o caso de cadastrar crime militar, deve-se escrever CRIME MILITAR - ... (crime militar espaço hífen espaço) e inserir o nome do tipo.




Questão **2**

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

O cadastro do Inquérito Policial Militar, o Auto de Prisão em Flagrante Delito (APFD) e Auto de Deserção somente podem ter seu cadastro realizado pela SJD da Unidade, CRPM/CRBM ou COGER, a respeito desse assunto assinale a alternativa **CORRETA**:

Escolha uma opção:

- a. O SJD deve cadastrar o procedimento no EPROCPMPR, resultando em um segundo número, o qual não precisa ser inserido na planilha do SISCOGER.
- b. Antes do cadastro no sistema EPROCPMPR, o SJD da Unidade deverá acessar e inserir o procedimento correspondente no SISCOGER, gerando um número. 
- c. Antes do cadastro no sistema EPROCPMPR, o SJD da Unidade deverá acessar e inserir o procedimento correspondente no SESP/INTRANET, gerando um número.
- d. Ainda não existem estudos para unificar a numeração do SISCOGER e EPROC PMPR.

Sua resposta está correta.

A resposta correta é: Antes do cadastro no sistema EPROCPMPR, o SJD da Unidade deverá acessar e inserir o procedimento correspondente no SISCOGER, gerando um número.



Questão 3

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

Com base em seus conhecimentos sobre o "ASSUNTO CNJ", analise as questões abaixo e selecione as **INCORRETAS**:

Escolha uma ou mais:

- a. O campo "ASSUNTOS" destina-se ao cadastro dos códigos dos assuntos pertencentes à Tabela Processual Unificada do Conselho Nacional de Justiça, utilizada para padronizar o cadastramento das matérias ou temas discutidos nos processos judiciais.
- b. O código do ASSUNTO CNJ se encontra no Código Penal comum, Código Penal Militar e demais legislações penais especiais. ✔ CORREÇÃO: o código deve ser verificado no site do CNJ, dando preferência pela utilização da codificação dos assuntos de Direito Penal Militar, quando for o caso.
- c. O usuário deve inserir o código vinculado ao ícone que representa uma "folha em branco", pois é o mais específico.
- d. Para vincular ao EPROCPMPR, deve-se fazer a busca pela palavra-chave pesquisada (exatamente da mesma forma que está cadastrada no CNJ) ou pela codificação indicada. Na sequência, deve-se clicar em "selecionar assunto".
- e. Uma vez cadastrado, o ASSUNTO CNJ não poderá ser alterado. ✔ CORREÇÃO: é possível editar este campo conforme a necessidade.

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são: O código do ASSUNTO CNJ se encontra no Código Penal comum, Código Penal Militar e demais legislações penais especiais., Uma vez cadastrado, o ASSUNTO CNJ não poderá ser alterado.



Questão 4

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

Sobre a importação dos envolvidos, analise a proposição abaixo e decida se é VERDADEIRA ou FALSA:

No momento que o militar estadual importa o Boletim de Ocorrência para realizar o cadastro do IPM no EPROCPMPR, deverá adequar a pessoa ao "**tipo Importação**". Isto acontece porque, em alguns casos, a pessoa cadastrada no BOU como AUTOR DO CRIME terá o papel de OFENDIDO no IPM.

Por exemplo, no Boletim de Ocorrência de um **CONFRONTO ARMADO RESULTANDO EM ÓBITO APÓS A AÇÃO DA EQUIPE POLICIAL QUE SE DEPAROU COMO UMA SITUAÇÃO DE ROUBO**, os militares estaduais envolvidos irão cadastrar o sujeito que praticou o crime como "AUTOR" e a pessoa que foi vítima do ato delitivo será cadastrada como "VÍTIMA" no I.E. (Identificação do Envolvido).

No entanto, o IPM busca apurar a ação policial, então os militares estaduais serão os "autores" do crime de homicídio e o sujeito morto em decorrência da ação policial será o "ofendido". A pessoa que foi vítima do roubo será "testemunha" e irá contribuir com a investigação militar.

Escolha uma opção:

- Verdadeiro ✓
- Falso

A resposta correta é 'Verdadeiro'.



## Questão 5

Parcialmente correto

Atingiu 1,60 de 2,00

Sobre os aspectos gerais do cadastro do IPM, associe os termos:

Campo destinado à inserção do Boletim de Ocorrência vinculado ao IPM, que já deve ter sido concluído no sistema BOU. É possível inserir infinidade de Boletins de Ocorrência, porém as informações apenas podem ser importadas do principal, por isso o militar que realiza o cadastro do IPM deverá tomar cuidado nesta seleção. ✓

CAMPO BOLETIM

É o documento por meio do qual o Comandante, Chefe ou Diretor delega ao Encarregado a atribuição necessária para atuar no IPM, exercendo a atividade de polícia judiciária militar. Deve ser assinado pela autoridade designante e ser inserido no campo específico do EPROCPMPR em formato *.pdf*. O campo permite a inserção de apenas um documento e caso seja inserido errado, basta clicar novamente no botão "selecionar arquivo" e reincluir o correto. ✓

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO

Numeração do IPM produzida pelo EPROCPMPR e que deve ser inserida no campo específico do SISCOGER. ✗

NUMERAÇÃO SISCOGER

São todos os documentos que deram início ao IPM e justificaram a sua instauração. Devem ser digitalizados e inseridos um a um, com nome detalhado no campo "DESCRIÇÃO", que permita identificar facilmente do que se trata. Importante lembrar que o nome do arquivo que está sendo carregado NÃO pode conter caracteres especiais. ✓

DOCUMENTOS DE ORIGEM

Numeração fornecida pelo SISCOGER no momento do cadastro preliminar do IPM. Esta numeração é fundamental, pois sem ela não será possível realizar o cadastro do IPM no EPROCPMPR. ✓

NUMERAÇÃO SISCOGER

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 4.

A resposta correta é:

Campo destinado à inserção do Boletim de Ocorrência vinculado ao IPM, que já deve ter sido concluído no sistema BOU. É possível inserir infinidade de Boletins de Ocorrência, porém as informações apenas podem ser importadas do principal, por isso o militar que realiza o cadastro do IPM deverá tomar cuidado nesta seleção. → CAMPO BOLETIM,

É o documento por meio do qual o Comandante, Chefe ou Diretor delega ao Encarregado a atribuição necessária para atuar no IPM, exercendo a atividade de polícia judiciária militar. Deve ser assinado pela autoridade designante e ser inserido no campo específico do EPROCPMPR em formato *.pdf*. O campo permite a inserção de apenas um documento e caso seja inserido errado, basta clicar novamente no botão "selecionar arquivo" e reincluir o correto. → PORTARIA DE DESIGNAÇÃO, Numeração do IPM produzida pelo EPROCPMPR e que deve ser inserida no campo específico do SISCOGER. → NÚMERO EPROC,

São todos os documentos que deram início ao IPM e justificaram a sua instauração. Devem ser digitalizados e inseridos um a um, com nome detalhado no campo "DESCRIÇÃO", que permita identificar facilmente do que se trata. Importante lembrar que o nome do arquivo que está sendo carregado NÃO pode conter caracteres especiais. → DOCUMENTOS DE ORIGEM,

Numeração fornecida pelo SISCOGER no momento do cadastro preliminar do IPM. Esta numeração é fundamental, pois sem ela não será possível realizar o cadastro do IPM no EPROCPMPR. → NUMERAÇÃO SISCOGER.



## Questão 6

Parcialmente correto

Atingiu 0,50 de 1,00

Analise as proposições abaixo e selecione aquilo que for **VERDADEIRO**:

Escolha uma ou mais:

- a. Embora facilite o acesso às informações pelo Encarregado/Escrivão do IPM, não é obrigatória a inserção de um Boletim de Ocorrência Unificado no cadastro inicial do IPM no EPROCPMPR. Caso ocorra algum erro na importação dos dados, o SJD poderá inserir as informações manualmente e depois caberá ao Encarregado cadastrar ou complementar as informações essenciais faltantes. ✓
- b. O sistema permite cadastrar como INDICIADO qualquer pessoa.
- c. Caso o BOU seja importado com sucesso e ocorra problema apenas na importação dos dados de um envolvido, o SJD poderá selecionar a opção "NÃO IMPORTAR" e depois o Encarregado realiza os cadastros necessários.
- d. O sistema EPROC sempre insere os dados relacionados ao militares estaduais cadastrados no BOU.

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 1.

As respostas corretas são:

Embora facilite o acesso às informações pelo Encarregado/Escrivão do IPM, não é obrigatória a inserção de um Boletim de Ocorrência Unificado no cadastro inicial do IPM no EPROCPMPR. Caso ocorra algum erro na importação dos dados, o SJD poderá inserir as informações manualmente e depois caberá ao Encarregado cadastrar ou complementar as informações essenciais faltantes.,

Caso o BOU seja importado com sucesso e ocorra problema apenas na importação dos dados de um envolvido, o SJD poderá selecionar a opção "NÃO IMPORTAR" e depois o Encarregado realiza os cadastros necessários.



## Questão 7

Parcialmente correto

Atingiu 0,50 de 1,00

Analise as proposições abaixo e selecione aquelas que julgar **CORRETAS**:

Escolha uma ou mais:

- a. O campo HISTÓRICO DO DELITO é importado do BOU e não pode em hipótese alguma ser alterado para não prejudicar a narrativa original do Boletim de Ocorrência.
- b. No cadastro do IPM o SJD deverá, obrigatoriamente, vincular um militar estadual como "autoridade delegante", "encarregado" ou "escrivão" por meio do RG.
- c. Deve-se prestar especial atenção com o cadastro do "ASSUNTOS" e da "NATUREZA", pois impactam em estatística e irão aparecer no IPM como motivação, ainda que preliminar, para embasar a investigação. ✓
- d. Caso o posto/graduação ou o local de trabalho do militar estadual esteja errado, o SJD deverá entrar em contato com a COGER.

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 1.

As respostas corretas são: No cadastro do IPM o SJD deverá, obrigatoriamente, vincular um militar estadual como "autoridade delegante", "encarregado" ou "escrivão" por meio do RG., Deve-se prestar especial atenção com o cadastro do "ASSUNTOS" e da "NATUREZA", pois impactam em estatística e irão aparecer no IPM como motivação, ainda que preliminar, para embasar a investigação.



## Questão 8

Parcialmente correto

Atingiu 0,20 de 1,00

Sobre o cadastro do IPM no EPROC PMPR responda corretamente:

Escolha uma opção:

- a. Diferente do que ocorre em outros procedimentos administrativos, não serão concedidos dias extras para o encarregado autuar o IPM. Tão logo seja designado, deverá iniciar os trabalhos investigativos.
- b. O prazo para conclusão do IPM inicia sua contagem automaticamente logo após o seu cadastro no sistema.
- c. Somente devem ser designados como Encarregado ou Escrivão de IPM os militares que estiverem disponíveis, ou seja, com pronta condição de exercerem as funções referentes à investigação.
- d. Existem três formas de os militares tomarem conhecimento que foram designados para proceder um IPM, são elas:  por meio da SJD da Unidade, por e-mail institucional e notificações disponíveis do EPROCPMPR.
- e. Todas as afirmações estão corretas.

Sua resposta está parcialmente correta.

A resposta correta é: Todas as afirmações estão corretas.

## Questão 9

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

Como regra geral, existem dois tipos de Prioridade na Instauração de um IPM, podendo ser considerada a situação "normal" ou "militar estadual preso". Responda corretamente sobre os prazos para conclusão referentes à estes dois tipos de prioridade adotados:

Escolha uma opção:

- a. a) Prazo "normal": 40 dias, prorrogáveis por mais 20; Prazo "militar estadual preso" 20 dias, sem possibilidade de prorrogações.
- b. a) Prazo "normal": 30 dias, prorrogáveis por mais 20; Prazo "militar estadual preso" 20 dias, sem possibilidade de prorrogações.
- c. a) Prazo "normal": 40 dias, prorrogáveis por mais 10; Prazo "militar estadual preso" 20 dias, sem possibilidade de prorrogações.
- d. a) Prazo "normal": 40 dias, prorrogáveis por mais 20; Prazo "militar estadual preso" 20 dias, prorrogáveis por mais 10.

Sua resposta está correta.

A resposta correta é: a) Prazo "normal": 40 dias, prorrogáveis por mais 20; Prazo "militar estadual preso" 20 dias, sem possibilidade de prorrogações.



◀ E2 AULA 01: Cadastrando IPM/APFD - 2ª Parte

Seguir para...

Cadastrando um BOU - ambiente de treinamento ▶

